



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2013
(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir o atual quadro de dificuldades que vem atingindo as entidades que administram planos de saúde na modalidade de autogestão.

Senhor Presidente,

Com amparo nos arts. 24, III, 32, XVII, "e" e 255 do Regimento Interno, venho requerer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, em data a ser oportunamente agendada, com o objetivo de discutir o atual quadro de dificuldades que vem atingindo as entidades que administram planos de saúde na modalidade de autogestão. Esclareço que posteriormente encaminharei os nomes das autoridades, especialistas e dos representantes dos trabalhadores e das entidades que administram planos de saúde na modalidade de autogestão a serem convidados para debater o tema ora propostos.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas da União quanto à necessidade de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

realização de prévio processo licitatório por órgãos e entidades da administração pública para a contratação de planos de saúde da Fundação de Seguridade Social – GEAP, validou o entendimento do Tribunal de Contas da União. Com isso, instaurou-se um quadro de profunda insegurança no seio dos servidores públicos que, em sua grande maioria, atualmente são atendidos pela GEAP.

Por conta dessa decisão do Supremo, o contrato que alguns órgãos públicos com a GEAP ainda não foram renovados e existe o receio de que um grande número de servidores fique sem assistência médica. São servidores que apresentam idade relativamente elevada e não teriam condições de bancar o pagamento de planos de saúde oferecidos por empresas privadas que atuam nesse segmento. É importante lembrar que apenas a GEAP atende atualmente mais de 600.000 servidores, que, somados aos seus dependentes, corresponde a um público de aproximadamente 1,1 milhão de pessoas.

É importante destacar que os planos de saúde que funcionam sob o sistema de autogestão, são de caráter solidário, e que, por isso mesmo, prestam serviços a um custo inferior ao de planos privados que oferecem serviços idênticos. Isso lhes permite também cobrar valores menores e em consonância com a capacidade contributiva de seus associados. É importante lembrar que isso somente é possível porque o plano é co-financiado pelos segurados e pelo governo.

Por conta de diversos fatores, entre os quais se destacam o contínuo aumento dos custos dos serviços médicos e hospitalares em geral, a capacidade de financiamento desses planos vêm enfrentado crescentes dificuldades financeiras no período recente, demandando, assim, uma discussão aprofundada sobre formas complementares de seu financiamento que possam contribuir para o seu fortalecimento, sem que isso implique em onerar sobremaneira os seus filiados. Essa é uma discussão inadiável, pois dificuldades de caixa podem comprometer a continuidade dos relevantes serviços prestados pelas operadoras de autogestão e colocar em risco o atendimento médico-hospitalar para milhares e milhares de servidores públicos e seus dependentes no Brasil inteiro, conforme já mencionado.

Há que se destacar, inclusive, a importância de que seja iniciado um amplo e imediato processo de discussão com o governo federal no sentido de avaliar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

não apenas a revisão dos valores do "per capita" da contribuição do governo para o financiamento desses planos, assim como de outras normas da Agência Nacional de Saúde que atualmente impõem severas restrições à administração desses planos por meio da chamada "Reserva Técnica" e de outras decisões de caráter administrativo e operacional, que resultam em substancial aumento de custo.

Ressalte-se, a propósito, que os problemas financeiros em comento já forçaram em alguns casos a suspensão, ainda que momentâneo e localizado, do atendimento em algumas importantes especialidades, comprometendo gravemente a qualidade dos serviços prestados aos associados da Geap.

Isso posto, formulo o presente Requerimento, esperando contar com o apoio dos nobres Pares para a sua rápida aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2013..

Deputada Erika Kokay –PT/DF